

**PACTO NACIONAL PELO
FORTALECIMENTO DO
ENSINO MÉDIO: FORMAÇÃO
CONTINUADA PARA OS
PROFESSORES DO ENSINO
MÉDIO DO ESTADO DO
PARANÁ**

JUNHO-2014

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS
DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**PACTO NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO:
FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFESSORES DO ENSINO
MÉDIO DO ESTADO DO PARANÁ**

**JUNHO
2014**

GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHIA

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

FLÁVIO ARNS

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PAULO SCHMIDT

DIRETOR-GERAL

EDMUNDO RODRIGUES DA VEIGA NETO

SUPERINTENDENTE DA EDUCAÇÃO

ELIANE TEREZINHA VIEIRA ROCHA

DIRETORIA DE POLÍTICAS E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

EZIQUEL MENTA

DIRETORIA DE ARTICULAÇÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

IVANILDE MARIA TIBOLA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

TELMA FALTZ VALÉRIO

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO MÉDIO

MARLY ALBIAZZETTI FIGUEIREDO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

Departamento de Educação Básica

Avenida Água Verde, 2140

www.diaadiaeducacao.pr.gov.br

80240-900 CURITIBA – PARANÁ

COLABORADORES

Alexandra Maria dos Santos

Ana Carolina Morello

Angela Dorcas de Paula

Deuseles de Oliveira

Dolores Follador

Eliete de Lara Constante

Elisandra Angrewski

Elizabete dos Santos

Gerson Luiz Portela de Oliveira

Hélio Puchalki

Janete de Fátima Stimamiglio

Josemary Moreno Delgado Rech

Juara Regina Arthury de Almeida Ferreira

Katya Aparecida de Carvalho Prust

Lucimar Donizete Gusmão

Marcelo Lambach

Maria Regina Bach

Marisa Leris Pereira da Silva

Marli Francisca Peron

Marly Albiazzetti Figueiredo

Monica Bernardes de Castro Schreiber

Otto Henrique Martins da Silva

Sulamita da Silva e Souza Fernandes

Telma Faltz Valério

Tiago Ungericht Rocha

Valéria Arias

ORGANIZADORES

Lorena Maria Laskoski

Marly Albiazzetti Figueiredo

Otto Henrique Martins da Silva

¹ É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.

1.6 Avaliação da qualidade na educação

A discussão sobre a qualidade na educação parte do princípio de que o conceito de qualidade não pode ser entendido como rígido e estabelecido de maneira exógena aos processos educacionais. Para o Inep-MEC, “o conceito de qualidade é dinâmico e reconstruído constantemente. Cada escola tem autonomia para refletir, propor e agir na busca da qualidade na educação” (2004, p. 5).

Com o objetivo de organizar o processo de avaliação da qualidade na educação, faz-se necessário a definição de indicadores qualitativos que possam apontar as fragilidades e lacunas, bem como acertos e as experiências de sucesso na prática educacional. Tais indicadores podem ser organizados em diferentes dimensões que contemplem todos os aspectos que envolvem o trabalho escolar.

Os indicadores da qualidade na educação foram criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade na escola. Este é seu objetivo principal. Compreendendo seus pontos fortes e fracos, a escola tem condições de intervir para melhorar sua qualidade de acordo com seus próprios critérios e prioridades (INEP-MEC, 2004, p. 5).

A partir do envolvimento de toda a comunidade escolar, dentro de um processo de Gestão Democrática, a análise dos indicadores qualitativos, a partir de diferentes dimensões, possibilita a definição de ações e prioridades com vistas à melhoria da qualidade na educação.

Mas como organizar um programa de avaliação?

Até a segunda metade do século passado o sistema de ensino atendia a uma minoria, conseqüentemente, os resultados qualitativos eram evidenciados e em nome da qualidade, legitimou-se muitas vezes o processo de exclusão. Porém, com democratização do ensino buscou a universalização do acesso à educação de crianças de 7 a 14 anos para todas as camadas da população e, é possível afirmar que este foi um dos maiores avanços da educação brasileira no final do século XX.

No entanto, nas últimas décadas alguns estudos apontam que houve queda no índice de desempenho dos alunos. Desta maneira, as avaliações em larga escala podem contribuir para que este efeito seja revertido, fornecendo informações sobre nível do conhecimento sistematizado dos grupos de alunos em diferentes anos

escolares, em momentos específicos, e a sua evolução no decorrer da sua escolarização. As avaliações, em sua grande maioria, fornecem, também, informações com base em questionários sociocontextuais, culturais e clima escolar que são aplicados a alunos, professores e diretores, e, com base nestes dados, procura-se explicar o desempenho dos alunos.

Tanto as avaliações internas como a externa precisam estar na pauta das discussões das escolas, pois objetivam diagnosticar as possíveis insuficiências na aprendizagem dos estudantes, assim como direcionar as ações pedagógicas, administrativas e financeiras com o intuito de melhorar a qualidade do ensino no País.

Além disso, um programa de avaliação pode gerar condições para que a escola, pela reflexão coletiva sobre o sentido desta prática e de seus resultados, e pela análise da realidade onde está inserida, garanta uma compreensão maior do processo que realiza para acertar o seu norte e ampliar seus horizontes. Acredita-se que a prática avaliativa exige, então, daqueles que se dispõe a enfrentá-la, um processo de constante reflexão crítica acerca daquilo que realiza.

Neste contexto, algumas iniciativas importantes ocorreram simultaneamente, resultando em progressos notáveis na produção e disponibilização de informações sobre o sistema escolar brasileiro. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira–Inep passou a centralizar todos os serviços de avaliação e informação. Além de promover as avaliações, realiza, anualmente, o Censo Escolar e periodicamente outros levantamentos especiais, por meio dos quais tem reunido informações sobre número de matrículas e docentes, média diária de horas de aula, média de alunos por turma, movimentação escolar, infraestrutura das Instituições de Ensino, participação em programas de desenvolvimento do ensino, entre outros.

Essas informações, somadas às produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sobre as diversas taxas de frequência à escola e grau de escolaridade dos vários grupos etários, dão um quadro abrangente da situação da educação básica brasileira, que atende aproximadamente 44 milhões de alunos em 250 mil escolas, mas que ainda está longe de poder garantir os direitos educativos prescritos na legislação brasileira, tanto em termos de abrangência quanto de qualidade do ensino oferecido. Todo esse esforço de avaliação e sistematização de informações tem como objetivo, segundo o próprio Inep, dar suporte à pesquisa e à

tomada de decisões em políticas educacionais e, especialmente, orientar a formulação das políticas do MEC.

Diante deste cenário, com a finalidade de conhecer mais precisamente a realidade da Rede Pública Estadual e tendo como base as Diretrizes Curriculares Orientadoras para a Educação Básica do Estado do Paraná e o Caderno de Expectativas da Aprendizagem, em 2012 a Secretaria de Estado da Educação implantou o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP).

O SAEP tem como objetivo realizar a avaliação externa, censitária e universal, com a finalidade de diagnosticar o estágio de aprendizagem, bem como analisar a evolução do desempenho escolar de cada aluno avaliado, a fim de definir ações pontuais voltadas para a melhoria do processo ensino-aprendizagem. Mais especificamente, o SAEP:

- Avalia de forma universalizada todas as escolas da rede estadual de ensino por intermédio da aplicação de instrumentos cognitivos, constituídos de testes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (com foco na leitura e resolução de problemas), para alunos do 6º e 9º ano EF e para alunos do 1º e 3º ano EM regular e alunos do ano de conclusão do curso Técnico e de Formação Docente Integrado, além de instrumentos sóciocontextuais (questionários) junto aos diretores, professores e alunos;
- Produz informações sobre o desempenho escolar e dos fatores que se associam a esse desempenho, possibilitando o monitoramento e a formulação de políticas educacionais mais focalizadas para cada uma das etapas;
- Possibilita a todos os envolvidos no processo educativo (alunos, professores, diretores, pais, administradores, técnicos e especialistas) um acompanhamento efetivo dos resultados obtidos pelas escolas.

Cabe ressaltar que a qualidade da educação vai para além dos resultados das avaliações e a análise de indicadores educacionais. Klein (2006) aponta uma série de políticas educacionais que também podem ter um efeito positivo sobre o desempenho dos alunos, dentre as quais são destacadas algumas:

Existência de currículo básico (mínimo) para todas as séries o que facilita a capacitação de professores, transferência de escola e avaliações externas; [...] realização de Seminários com professores dos cursos de Licenciatura e Magistério para uso desse material na

formação de professores e na capacitação dos mesmos. Os diagnósticos sobre os erros dos alunos precisam chegar à sala de aula; [...] a garantia da boa formação inicial dos professores [...] mudança de metodologia: de aula passiva para participativa; trabalho em grupos na sala de aula; ênfase em fazer o aluno pensar em vez de decorar; encorajar o aluno a perguntar; encorajar o aluno a discutir e debater [...] a avaliação da eficácia dos Cursos Normais Superiores [...] trabalhar a autoestima dos alunos. A repetência provoca justamente o contrário [...] incentivar o envolvimento dos pais [...] manter o jovem na escola de 14 a 18 anos [...] acabar ou diminuir a falta de professores, especialmente de Matemática, Física e Química no EM [...] melhoria da gestão escolar. Autonomia para fazer pequenos reparos [...] garantir pré-escola de boa qualidade [...] buscar apoio dos pais e da sociedade (KLEIN, 2006, p.159 e 160).

O grande desafio é encontrar soluções que aprimorem a qualidade da educação, para que de fato existam o cumprimento e a obtenção de resultados efetivos de melhoria da aprendizagem dos alunos. Os resultados do SAEP contribuem para uma reflexão coletiva sobre o diagnóstico que o Sistema oferece, apresenta dados para serem cotejados com o Projeto Político Pedagógico de cada escola, servindo também de subsídios para consulta dos gestores em todos os níveis de governo. Tal diagnóstico permite a discussão sistemática do currículo e a adoção de estratégias pedagógicas destinadas a fazer com que os alunos da Rede Pública Estadual do Paraná prossigam os seus estudos com sucesso.

REFERÊNCIAS

INEP-MEC. **Indicadores da Qualidade na Educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

KLEIN, R. **Como está a educação no Brasil? O que fazer?** Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v.14, n.51, p. 139-172, abr./jun. 2006.